

MOVIMENTOS INTENSIVOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA PSICOLOGIA BRASILEIRA: Ensaio cartográfico

Patricia Tiemi Campos Taniguchi¹; Jean Claudio dos Santos Parra^{2,8}; Jane Vasconcelos Menezes^{3,8}; Lubieska Saleme Nogueira^{4,8}; Bruna Amaral Davalo^{5,8}; Janaina Soares Sicuto^{6,8}; André Masao Peres Tokuda^{7,8*}

¹ Graduando em Psicologia, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Esp. em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade – FMU; ³ Esp. em Psicodrama – GAYA; ⁴ Esp. em Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica – FAVENI; ⁵ Doutora em Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UNESP; ⁶ Esp. em Oncologia Multidisciplinar – UNIJALES; ⁷ Doutor em Psicologia – UNESP; ⁸ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS.

*autor correspondente: andremasao@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo incitar a reflexão, estranhamentos e questionamentos do processo da atualização da identidade da psicologia conectado a historicidade, apontando as intensidades dos lineamentos observados nos acontecimentos. Uma Psicologia em sua história teve que encontrar seu devir e seu provir. Para tecer traçado entre os agenciamentos e o campo de forças utiliza o método cartográfico na perspectiva da esquizoanálise de Guattari e Deleuze, além da pesquisa bibliográfica para exposição dos acontecimentos que se tornaram pontos de referência do mundo representacional. Inicialmente denota o uso dos saberes psicológicos, a utilização em centros de poder, a ruptura com o pensamento biomédico e filosófico, a loucura, a regulamentação profissional, a organização profissional e pôr fim a identidade profissional atualizada. Em todos os acontecimentos e momentos busca demonstrar o campo de forças de caráter molar, molecular ou de fuga. Os quais tensionam a reprodução do instituído na linha molares, desdobramento, flexibilização nas linhas moleculares ou rupturas nas linhas de fuga. Tais intensidade são produzidas no jogo de poder, de interesses, de justificativas, de necessidades, de funções, criam movimentos moleculares da atualização do caráter molar do mundo representacional que percebemos hoje. Uma Psicologia brasileira com viés social, compromissada com direitos humanos, garantias de direito e promotora de saúde mental, em eterna construção da implicação em agenciamentos coletivos e de corpos.

PALAVRAS-CHAVE: agenciamento; cartografia; intensidades; movimentos.

1 INTRODUÇÃO

A historicidade promove reflexão sobre os pontos referenciais instituídos e atualizados, socialmente. A história se constitui no movimento dos acontecimentos. Vislumbramos no presente, os resultados de processos que produziram a identidade atualizada da psicologia. Acontecimentos históricos são temporais, o ensaio cartográfico aqui proposto segue os pressupostos da esquizoanálise, mas com objetivo de acompanhar os traços, as linhas de forças, no plano de consistência em momentos que

evidenciaram choques, conflitos, rupturas, reflexão ou legitimação, pontos de referências históricos que teceram planos representacionais, produziram formas, criaram a identidade da psicologia.

A psicologia sempre existiu desde que o homem pensa sobre si e seus comportamentos. No Brasil inicia suas contribuições como saberes psicológicos que foram usados segundo as demandas dos momentos apresentados, caracterizando lineamentos de interesses políticos, econômicos, científicos, sociais etc. Adentra aos centros universitários atrelados a outras ciências,

como pedagogia e medicina. Engendrada aos interesses econômicos e políticos para a formação da sociedade brasileira desejada. Legítima seu lugar como profissão e ciência. Cria sua própria identidade e seu devir com o compromisso de uma psicologia voltada a serviço da sociedade, comprometida com os direitos humanos e garantia de direitos, promotora da saúde mental.

Todos esses processos são marcados por acontecimentos, marcos históricos evidenciam rotas de fugas, de flexibilização das linhas maleáveis, produzem desdobramentos, expansão ou rupturas. A regulamentação da psicologia (1962), a reforma universitária (1968), a reforma sanitária (1970), a luta antimanicomial (1987), o engajamento da psicologia a movimentos trabalhistas, comunitários, de garantia de direitos foram diversos encontros, acontecimentos e momentos de diversos agenciamentos, produtoras de intensidades deram forma à psicologia brasileira.

A análise além de incitar a reflexão sobre a que os saberes psicológicos foram agenciados, propõe a autogestão e autoanálise das possibilidades de agenciamentos atuais, pois o trabalho do cartógrafo nunca está concluído, segue em construção. Este trabalho tem como objetivo tecer um ensaio cartográfico que evidencie acontecimentos que produziram fluxos nos lineamentos de forças intensivas que formaram a implicação social da psicologia brasileira.

O presente trabalho usa como base obras de Guattari e Deleuze na perspectiva da esquizoanálise, um ensaio do método proposto pelos autores de cartografia. Na busca do traçado das intensidades a construção da historicidade utilizou pesquisa bibliográfica de livros, cartilhas e artigos científicos, no site do Conselho Federal de Psicologia e plataformas digitais.

2 MOMENTOS, ACONTECIMENTOS E MOVIMENTOS

O período pré-profissional da psicologia (1500 a 1890), os fenômenos psicológicos estavam atrelados ao pensamento filosófico cristão a valores morais, seja para salvação da alma ou controle dos instintos relacionado a condutas morais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP), 2013). De acordo com Paizan (2020), no Brasil a Filosofia se afastou de sua essência de reflexão e pensamento e se materializou em introdução dogmática pelos jesuítas, de regras, valores e condutas, com interesse econômico de exploração e político de adestramento do povo nativo. A relação de segmentos entre brancos, nativos e afrodescendentes tecem no plano de consistência e formação da sociedade brasileira.

A vinda da família real para o Brasil, surge novas necessidades, demandas sociais e interesses políticos. Em construir infraestrutura e qualificar o povo para que administrasse a colônia. Instituições que atendessem às necessidades da sociedade foram construídas hospitais, hospícios, escolas, igrejas, universidades etc. (CFP, 2013). Tais instituições possuem funções de corrigir, excluir, educar, regulamentada por conjunto de regras, atravessadas por verdades erigidas pelas ciências. O caráter disciplinar normatiza os modos de vida e constrói mecanismos de coerção social aos quais aquelas que não se encaixam devem ser adaptadas (FOUCAULT, 2014). As instituições possuem o caráter de normatizar e regulamentar modos de viver e verdades sobre o mundo das coisas e das pessoas. O instituído impõe a função da organização e homogeneização como verdades lógicas, racionais e normais das condutas e dos sujeitos na sociedade (BAREMBLITT, 2002).

O poder dos saberes psicológicos acoplado ao das ciências médicas e educacional nas universidades produzem

discursos de verdades para controle da sociedade que desejava construir. Nas universidades brasileiras, a psicologia adentrava as disciplinas das grades curriculares da filosofia, pedagogia e medicina em seus laboratórios os saberes eram aplicados para compreensão de processos mentais, principalmente acerca da loucura e processos de aprendizagem (PAIZAN, 2020; CFP, 2013). Segundo Souza (2010), os estudos encomendados de forma que contribuíssem no âmbito social, sendo criminologia, psiquiatria forense e higiene mental, de interesses políticos, econômicos, sociais, diversos laboratórios foram construídos em Universidade, hospitais e clínicas psiquiátricas.

As universidades são instituições que criam, transmitem o saber, são centros de poder pois nelas constroem verdades que estabelece a relação de saber/poder as quais denominam o mundo das coisas e das pessoas (DELEUZE, 1991; FOUCAULT, 1984). Os construtos científicos das Universidades estavam voltados para a demanda do Estado por respostas para a construção da sociedade desejada, idealizada. Em um momento histórico de crise econômica, revoltas e insatisfação social, devido a exploração da classe dominante, o contingente de escravos libertos, a falta de infraestrutura nas cidades, desemprego, falta de mão de obra qualificada entre outras. A classe intelectual atribuiu a culpa a inferioridade do povo brasileiro, embasadas em teorias eugênicas as quais pregava a superioridade da raça branca (CFP, 2013).

A miscigenação ou degeneração dos mestiços, visto como tipo de aberração para que houvesse o progresso civilizatório os cientistas tinham que erradicar os indígenas, negros e asiáticos além das pessoas à margem da sociedade: pobres, órfãos, marginais, doentes, deficientes físicos, deficientes mentais, prostitutas e vagabundos (MACIEL, 1999). A classe intelectual

determinou que o Brasil estava doente, a mestiçagem era a doença. Quem entende de doença? Médicos e sanitarista são designados a solução da demanda. Para o progresso civilizatório medidas higienistas empregadas, nos hospícios, ambientes escolares, laborais e sociais. Nas políticas públicas ou de higiene mental, tinha o objetivo de branqueamento da população para “melhoramento” da raça (SOARES, 2010). As medidas higienistas ratificam o poder científico na construção de verdades e de ditar modos de viver e como viver produziram e efetivaram em discursos de racismo, machismo, exclusão e o poder do saber (MACIEL, 1999).

Tais teorias proveram de pontos de referências mundiais, chegaram ao Brasil pensadores, cientistas, ideias e conhecimentos, que se instalaram nas universidades e foram reproduzidas nas formações de profissionais e nos laboratórios na busca de sanar a demanda social. Por um momento fundamentado pelo saber, políticas públicas de racismo e exclusão foram tidas como normativas. Apesar dos efeitos ainda ressoarem na atualidade, movimentos moleculares incitaram estranhamento a teoria da Eugênia, tais construtos foram postos à prova e refutados, outros movimentos são de sujeitos que se organizaram em grupos de enfrentamentos contra racismo, sexismo e exclusão da pessoa com deficiência (SOARES, 2010). Para Guattari e Deleuze (1996), as linhas de força contribui a entender o movimento, as linhas duras que pontuam um provir, as verdades, os modos de viver e as instituições são flexibilizadas pela reflexão e questionamento, abre novos espaços, podendo provocar um desdobramento, rachaduras dando voz aos movimentos moleculares. As linhas de fuga ampliam o limite do plano de consistência, potencializa as singularidades, multiplicidades e produz algo totalmente novo, um acontecimento.

Outro momento a loucura, segundo

Amarante (1998), por trás da neutralidade e objetividade da ciência e em nome dela, era embutido valores e poderes referentes ao controle social e atores sociais para a institucionalização da loucura. Soares (2010) discute a relação de poder do médico sobre o paciente, ao qual o médico com propriedade em patologias legitimou o controle dos corpos pela institucionalização e reduziu o indivíduo a uma doença a qual a psiquiatria é *expertise*. Através do tratamento moral reeducava a mente, afastava delírios e ilusões trazendo a consciência da realidade, previsto pela higiene mental (AMARANTE, 2000).

Segundo Basaglia (1985), as ciências naturais tornaram o objeto de estudo as patologias mentais estabelecendo a relação as funções biológicas, do corpo doente e legitima a institucionalização para o controle desse corpo, com objetivo de categorizar, identificar, nomear e tratar a doença. As teorias psicodinâmicas reforçaram a objetivação das patologias, apesar do objeto de análise ser a pessoa não a doença, pela compreensão do sintoma manifesto em processos psicológicos e não no corpo doente, amplia a percepção para além dos fatores biológicos considerando processos psicológicos.

A loucura sempre existiu, percebida de diferentes formas segundo a sociedade e o momento histórico. Na sociedade ocidental, a loucura efetivou as ciências psicológicas *expertises*. Os estudos de processos mentais forjaram critérios de normalidade, patologias, cunhando o típico e atípico. O grande paradigma consiste em que a subjetividade, suas especificidades, singularidades, multiplicidades e individualidades manifestam o objeto de estudo da psicologia. Pela diversidade de perspectivas acerca do homem, divergem sem consenso sendo correto referir como psicologias. Porém ao categorizar e enquadrar o sujeito à critérios que adquiriu status de ciências psicológicas, segundo Foucault:

Não se deve esquecer que a psicologia "objetiva", "positiva" ou "científica" encontrou sua origem histórica e seu fundamento numa experiência patológica. Foi uma análise dos desdobramentos que ocasionou uma psicologia da personalidade; uma análise dos automatismos e do inconsciente que fundou uma psicologia da consciência; uma análise dos déficits que desencadeou uma psicologia de inteligência. Ou seja, o homem só se tornou uma "espécie psicologizável" a partir do momento em que sua relação com a loucura permitiu uma psicologia, quer dizer a partir do momento em que sua relação com a loucura foi definida pela dimensão exterior da exclusão e do castigo, e pela dimensão interior da hipoteca moral e da culpa (FOUCAULT, 1984, p. 59).

No Brasil, a atuação da psicologia se consolidou em três estratos: educação, clínica e trabalho (CFP, 2013). Para Guattari e Deleuze (1996), os estratos são que organiza o mundo das coisas e das pessoas, são organismos, significantes, as essências que atualizadas estratificaram. As três áreas de atuação possuem segmentos, fluxos diferentes, produzem diferentes processos no campo de imanência, porém atravessam o plano comum e são atravessados por processos de outros. As psicologias ao longo de sua trajetória construíram saberes de verdades regulatórias de certo ou errado, típico e atípico, validadas no coletivo. Constante questionamentos de a quem interessa esses saberes, denunciavam comportamentos de ressonância e redundância coletivas de reprodução de modos de viver e ser, tais questionamentos são necessários para produção de novas condições materiais (SUNDFELD, 2016).

A ruptura com o pensamento filosófico e biomédico e a autonomia conquistada pela psicologia. Os processos de organização dos sujeitos se materializam em movimentos, associações e organizações, que desejam a regulamentação da profissão. Sim, a psicologia

científica nasceu da demanda social de construir conhecimentos acerca da loucura, dos processos de aprendizagem, relacionados a formação de uma sociedade moderna (CFP, 2013). Mas a demanda da implicação era outra, a micro micropolítica se expande a grupos que se organizam em dar voz a pensamentos, ideias, desejos, próprios dessa sociedade brasileira. Esse movimento instituinte, moleculares, provém do território, do vivido, produz intensidades de desterritorializações, criam intensidades de sentidos e percepções nas linhas de forças, tensiona o nível molar de centros de poder, tais agenciamentos criam possibilidades de rotas de fuga (GATTARI; DELEUZE, 1996).

Os agenciamentos são formas potencializadoras da criação humana para construção de rotas de fuga, dar voz ao processo instituinte e construir novos planos, permitindo que o sujeito reflita e construa novos fluxos e amplie o plano de consistência, os movimentos, grupos e organizações. Tais agenciamentos possibilitaram a rota de fuga, como a lei 4119, de 27 de agosto de 1962, regulamenta a profissão do psicólogo, processo em que os segmento homens, mulheres, sujeitos se uniram para formar outro segmento profissionais da psicologia, ganharam voz.

A reforma universitária (1968) permitiu abertura de cursos de psicologia em faculdades privadas, produz colapso no mercado de trabalho que não possuía demanda para tamanha mão de obra, em um momento de repressão política, impulsionam movimentos libertários de garantias de direitos. A docência torna uma nova área de atuação, materializou um importante agenciamento para resistência, ao fomentar o pensamento crítico dos sujeitos sobre a da realidade brasileira. Tais acontecimentos evocou a postura ativa da Psicologia nas comunidades, nos movimentos antimanicomial, nas lutas dos trabalhadores que produziu a identidade da psicologia brasileira

e seu compromisso ético político com a garantias de direito e promoção social (CFP; 2013).

A produção não se limitou a academia, a classe profissional engajou na reforma sanitária (1970) movimento que criou possibilidades materializados no Sistema Único de Saúde (SUS) na reorganização dos serviços de saúde, pautado em uma política de estratégias, diretrizes, normas e princípios embasado na constituição de 1988 (CFP, 2013; PEIREIRA et al., 2013).

No período da ditadura, estado totalitário, com centralização do poder, intensifica sobre os estratos e diferentes segmentos as codificações molares, quanto maior a força molar, proporcionalmente intensidades serão produzidas na dimensão molecular. Segundo Ronilk (2001), sistemas totalitários surgem quando as subjetividades coletivas e individuais ganham potencias de criação. Perturbam a lógica do instituído, usam o medo da população (no caso ao comunismo) para atuação ou em nome de um patriotismo, justificam o poder de coerção do vivido. Se de um lado a história mostra a instituição molar da ditadura, nas entrelinhas podem observar os movimentos moleculares de agenciamentos fascistas ao mesmo tempo que agenciamentos libertários que buscavam dar voz aos loucos, excluídos, marginalizados, as minorias. Portanto, de acordo com Gattari e Deleuze:

A diferença entre uma macro-história e uma micro-história não concerne de modo algum o tamanho das durações consideradas, o grande e o pequeno, mas sistemas de referência distintos, conforme se considere uma linha sobrecodificada de segmentos ou um fluxo mutante de quanta. E o sistema duro não detém o outro: o fluxo continua sob a linha, perpetuamente mutante, enquanto a linha totaliza. Massa e classe não têm os mesmos contornos nem a mesma dinâmica, ainda que o mesmo grupo seja afetado pelos dois signos. [...] Os

problemas se apresentam sempre desse jeito. Boa ou má, a política e seus julgamentos são sempre molares, mas é o molecular, com suas apreciações, que a “faz” (GATTARI; DELEUZE, 1996, p. 93, 94).

Após a repressão, a demanda é redemocratizar e instaura a crise identitária da Psicologia a sua demanda, função social, relação de produção política, emerge questionamentos, críticas em todas as áreas. Segundo o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), a psicologia escolar sofre duras críticas a sua contribuição social e como contribuir ao enfrentamento da crise educacional de evasão escolar, fracasso escolar, problemas de aprendizagem, problemas de comportamentos, problemas de relação entre professor e aluno, aluno e família, família e escola, todas as relações e preposições a que podem contribuir (CREPOP, 2013) Mas se de um lado ela busca dar conta das novas necessidades social, por outro precisa lidar com seus buracos negros que contribuíram para estereotipar, segregar, excluir. O movimento de estrato da identidade da psicologia produz intensidade aos estratos de psicologia escolar embasada em segmentos duros da psicometria e que desse conta da demanda da realidade escolar brasileira, que produzisse sentido, flexibilização moleculares, rotas de fuga, sobre esse desejo coletivo a desterritorialização para processo de recodificação do atual. Os processos que atravessam as funções, organizações e intensidades buscam a atualização do vivido, enquanto os processos de virtualidades se caracterizam na essência amorfa do que ainda não existe, na potência da possibilidade, na invenção, criação, no pensamento, processos do movimento (GUATTARI; DELEUZE, 1996; DELEUZE, 1991).

A psicologia organizacional e do trabalho (POT) de desenvolvimento tardio, sofreu críticas pelo seu caráter

mercantil e seguir modelos da Psicologia Industrial, sem se comprometer com questões sociais. No século XIX, o Brasil ainda era escravocrata, a industrialização no Rio de Janeiro e São Paulo iniciou devagar, denota capitalismo tardio, as fabricas automobilísticas chegaram ao país, no governo de Juscelino Kubitschek. a construção de uma identidade profissional se deve pelos conflitos e cobrança do compromisso social da psicologia. No processo de redemocratização, trabalhadores puderam se organizar para pleitear questões trabalhistas (ZANELLI et al., 2014).

Foi a crítica das ciências sociais que fizeram refletir sobre o papel da psicologia nas instituições, e após a segunda guerra mundial as questões sociais ganharam forças, principalmente relacionadas as condições desumanas em que viviam os pacientes das instituições psiquiátricas. Nesse momento diversos agenciamentos coletivos, segmentos questionam os valores, regras, condutas e protocolos instituídos, estranhamentos permitem as estruturas moleculares expansão de diferentes subjetividades, produzem intensidades e novas formas de percepções e sentido em relação ao trabalho, capital e modos de viver, intensidades de produção da identidade da psicologia (MARTINS, 2017).

A historicidade apresentada desemboca na construção da identidade da psicologia brasileira, uma psicologia com viés social, resultado da dialética entre o mundo de representações e a experiência do vivido pelos sujeitos, na produção da síntese da consciência coletiva, produção a partir de intensidade de uma psicologia própria a sociedade brasileira, em consonância ao projeto ético político de potência do desejo de mundo melhor, de condições de vida digna, de respeito a garantia de direitos e construção de políticas públicas que possam efetivar suas contribuições para promoção de saúde mental e em consonância a demandas sociais (CFP, 2013, 2018;

CREPOP, 2018; BOCK; FURTADO; TEIXEIRA; 1996).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe outros tantos acontecimentos que poderiam ser elencados, inúmeros outros processos poderiam tecer esse ensaio cartográfico, pois de multiplicidades, heterogeneidade permeiam o homem, objeto de estudo da psicologia, cria sua essência de psicologias para englobar o todo. O recorte aqui proposto busca demonstrar o traçado das intensidades entre a implicação dos saberes psicológicos e a demanda social até a construção da identidade profissional da psicologia.

Os saberes psicológicos foram empregados na colonização para doutrinação do povo nativo, impondo seus costumes e cultura, agenciado ao cristianismo e a filosofia. A vinda da família real para o Brasil marca a necessidade de infraestrutura e controle social. Para isso instituições típicas da sociedade disciplinar são construídas e as universidades e escolas demonstram centros de poder para preparar a população para gerir a colônia e controlar a população.

Ainda como saberes psicológicos se agenciam as ciências, como pedagogia, medicina e filosofia como disciplinas dos cursos e na produção de conhecimentos nos seus laboratórios. Intelectuais trouxeram teorias, as quais o Estado se interessava para combater o mal da miscigenação as primeiras políticas públicas norteadas pela eugenia eram exclusivas, preconceituosa e segregacionista.

Os saberes psicológicos foram ganhando seu espaço e acontecimentos produziram intensidades para incitar, questionar e refletir a que tais saberes estavam servindo. A loucura, intensifica a questão do protagonismo do sujeito, sua subjetividade e produz rupturas necessárias com o pensamento biomédico para um pensamento biopsicossocial. A

regulamentação da profissão produz um contingente de profissionais sem mercado de trabalho suficiente. Com a reforma universitária tais profissionais encontram na licenciatura uma forma de organização e resistência, além da psicologia comunitária. Tudo isso em meio ao período de repressão da ditadura.

Agora como psicologia, em diferentes momentos e movimentos construiu sua identidade participativa, atuante e democrática. Como expertises se envolveram em movimentos para dar voz aos movimentos moleculares e ouvir as demandas sociais. As críticas as três principais áreas de atuação da psicologia brasileira: educacional, clínica e organizacional tensionaram reflexão de sua função e a quem servia. Tais intensidades produziram autogestão e autoanálise dos profissionais para construção de uma Psicologia que tenha a função de promoção de saúde mental, que atenda as demandas da população.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

BAREMBLITT, G. F. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. 5 ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.

BASAGLIA, F. A instituição negada. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. lei nº 4119 de 27 de agosto de 1964. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, 27 ago. 1962.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica. Brasília, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. 50 anos de Psicologia no Brasil: A história da Psicologia no país. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/pdf/catalogo50anos.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Ano da formação em Psicologia: Revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/publicacao/ano-da-formacao-em-psicologia-2018/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Que é a filosofia? O. Editora 1991.

FOUCAULT, M. Doença mental e psicologia. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Leya, 2014.

GONÇALVES, M. da G. M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas. Curitiba: Cortez, 2010.

GUATTARI, F.; DELEUZE, G. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 3, p. 77. 1996.

MACIEL, M. E. de S. A eugenia no Brasil. Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, n.

11 (jul. 1999), p. 121-143, 1999.

MARTINS, J. B. Análise institucional e o processo de construção de conhecimento: a questão da implicação. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 488-499, jan. 2017.

PAIZAN, S. da F. P. Oficinas de pensamentos na promoção de experiências filosóficas. 2020.

PEREIRA et al. Saúde Mental. 2ed. Belo Horizonte MG. Nescon/UFMG. 2013. Providências”, para incluir condição para o recebimento do auxílio-doença pelo dependente químico. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=69F16EC9F98E850D64E432CADE9EC400.proposicoesWebExterno1?codteor=1550202&filename=Parecer-CSSF-26-04-2017>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ROLNIK, S. Deleuze, esquizoanalista. *Revista Campo Grupal*, n. 23, 2001.

SOARES, A. R. A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, p. 8-41, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000500002>.

SUNDFELD, A. C. Saberes psicológicos, processos de subjetivação e suas implicações com a biopolítica. *Interação em Psicologia*, v. 19, n. 3, 2016.

ZANELLI, J. C. et al. (org.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 613 p., 2014. ISBN 978-85-8271-085-2.